

**ESCOLHAS DO PASSADO:  
A DÉCADA DE 90 E O CENÁRIO  
ATUAL DOS FLUXOS DE  
COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL**

***CHOICES OF PAST: THE 90'S  
AND CURRENT SCENE OF FLOWS  
OF FOREIGN COMMERCE IN BRAZIL***

***OPCIONES DEL PASADO:  
LA DÉCADA 90 Y LA ESCENA  
ACTUAL DE LOS FLUJOS DEL  
COMERCIO EXTRANJERO  
EN EL BRASIL***

ISRAEL ROBERTO BARNABÉ

---

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp,  
Professor do Centro Universitário  
Moura Lacerda (Ribeirão Preto, SP)

ALEXANDRE HÖNIG GONÇALVES

---

Aluno do Curso de Relações Internacionais  
(Centro Universitário Moura Lacerda)



## RESUMO

A proposta do presente estudo consiste na análise das necessidades, obstáculos e potencialidades do Brasil para se manter consistente nos fluxos de comércio exterior, diante do cenário contemporâneo das relações internacionais, considerando as tendências multilaterais que a globalização dos mercados impõe aos novos Estados comerciais. Especificamente pretende-se: analisar a literatura científica, que retrata a abertura comercial brasileira na década de 90; confrontar os resultados desse fato, em âmbito social, político e econômico; abstrair a possibilidade de instituir-se uma nova concepção comercial, em plano nacional, sob a luz da globalização neoliberal. Para tanto, será utilizada uma pesquisa exploratória qualitativa, que proporcionará o exame do tema em questão sob novo enfoque, gerando discussões e conclusões inovadoras.

**Palavras-chave:** relações internacionais, política internacional, multilateral.

## ABSTRACT

The proposal of the present study consists of the analysis of the necessities, obstacles and potentialities of Brazil to remain itself consistent in the flows of foreign commerce, front to the scene contemporary of the international relations, considering the multilateral trends that the globalization of the markets imposes to the new commercial States. Specifically it is intended: to analyze the scientific literature, that explain the Brazilian commercial opening in the decade of 90; to collate the results of this fact, in social scope, economic politician and; to abstract on the possibility to implement a new commercial conception, in national plan, under the light of the neoliberal globalization. For in such a way a qualitative exploratory research will be used, that will provide to the examination of the subject in question under new approach, generating innovative quarrels and conclusions.

**Keywords:** international affair, international politics, multilateral.

## RESUMEN

La oferta del actual estudio consiste en el análisis de las necesidades, de los obstáculos y de las potencialidades del Brasil de seguir siendo sí mismo constante en los flujos del comercio extranjero, frente al contemporáneo de la escena de las relaciones internacionales, en vista de las tendencias multilateral que el globalización de los mercados impone a los nuevos estados comerciales. Se piensa específicamente: para analizar la literatura científica, de que explica la abertura comercial brasileña en la década de 90; para compaginar los resultados de este hecho, en alcance social, del político económico y; al extracto en la posibilidad para poner un nuevo concepto en ejecución comercial, en plan nacional, bajo luz del globalización neoliberal. Para de tal manera que una investigación exploratoria cualitativa será utilizada, eso proporcionará el examen del tema en la pregunta bajo nuevo acercamiento, generando peleas y conclusiones innovadoras.

**Palabras clave:** relaciones internacionales, política internacional, multilateral.

## 1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional pode ser representado como uma ampliação da divisão social do trabalho, em âmbito mais dilatado na economia globalizada. Cada país, por força de contradições intrínsecas, busca maximizar a exploração dos fatores de produção para os quais possui melhores condições naturais e aptidões técnicas consolidadas. Inerente a esse processo de alinhamento político, haverá a obtenção de um melhor rendimento socioeconômico, no qual forçosamente transcorre uma elevação marginal no nível de vida da população local (MAIA, J. M., 2006; LIMA-CAMPOS, A., 2005; SMITH, A., 2003).

Os fluxos de comércio exterior, apreciados sob a luz dos conceitos neoliberais ocorrem utopicamente, sem que haja obstáculos ou impedimentos protecionistas que permitam aos habitantes dos países signatários de contratos comerciais o desfrute de bens e serviços adquiridos ao menor custo relativo e praticável em mercado franco. Isso ocorre porque o comércio entre os povos permite a especialização técnica e ocupacional na produção de certos bens que poderão ser desenvolvidos com custos operacionais mais baixos do que em outras regiões concorrentes, estabelecendo a edificação de novas estruturas e processos econômicos, políticos e culturais que são essenciais para o fomento das trocas de vantagens comparativas entre os Estados comerciais (MURTAS, R., 2005; TEIXEIRA, F. J. S.; IANNI, O., 1994).

Por isso, as metas necessárias ao progresso de cada nação que se encontra em fase de crescimento econômico, mas que é carente de poupanças próprias para corrigir suas deficiências organizacionais e sociais, devem repousar prioritariamente no fortalecimento de exportações e no fluxo de comércio exterior. Dessa ação de ajuste na matriz de produção característica e nas estruturas operacionais preexistentes, resultará maior capacidade de importação e exportação, sem que haja reflexos inflacionários em esfera regional (SILBER, S. D., 1994, p. 85).

Ou seja, a negociação entre os povos deve conceber um ponto de equilíbrio para os Estados e não promover antagonismos e disputas por áreas de influência ou predomínio político e financeiro, tal como sucede nas transações entre instituições isoladas (MAIA, J. M., 2006; GREGORY, N. M., 2001).

As práticas relativas ao protecionismo, e os entraves diplomáticos e comerciais orientados defensivamente contra o livre-câmbio no comércio internacional, persistem, porém, restritivas a uma teórica liberalização do comércio entre os Estados. Contemporaneamente, multiplicam-se medidas de salvaguarda comercial, evidenciadas nos subsídios governa-

mentais a produtos agrícolas e industriais, concedidos pelos países desenvolvidos a seus produtores e empresários, em prejuízo aos similares concorrentes das nações de economia emergente. E mais: existe a imposição de sobretaxas aduaneiras, no momento do ingresso em seus territórios, a dezenas de mercadorias. Portanto, essas práticas operam em expoente contradição aos princípios de Bretton Woods (1946) e a inúmeras conferências e acordos deste decorrentes, que são justificadas inadequadamente como medidas políticas para evitar o desequilíbrio econômico interno de alguns países (LACERDA, A. C. et al., 2005; ENDRES, A. M., 2000; AMORIN, C. L. N., 1994, p. 149).

É nesse contexto de contradições políticas, econômicas, sociais, culturais e de considerações teóricas clássicas e contemporâneas que se pretende apresentar e desenvolver este estudo. Com destaque para o posicionamento brasileiro diante de uma nova economia mundial liberal e aberta, em que o choque entre a economia mundial e os Estados nacionais é constante e que a existência de um país autônomo que tenha liderança para coordenar as políticas nacionais e as práticas econômicas é essencial.

## **2 Globalização e Fim das fronteiras tangíveis nos Estados contemporâneos**

A globalização é um assunto de que, por diversas motivações, não podemos escapar. De uma forma ou de outra, estamos imersos em uma realidade que tem sido insistentemente adjetivada e discutida, nos mais diferentes domínios do saber. O debate se dá tanto no domínio da experiência quanto na esfera conceitual e, assim, somos atingidos cotidianamente pelas considerações da academia e dos meios políticos.

Em linhas gerais, pode-se verificar certa concordância entre diversos autores em admitir que a metodologia da globalização coincide com um conjunto de transformações contemporâneas que atingiram o mundo nas últimas décadas, englobando os seguintes processos (ARRAIS, 2004; FIORI, 2000):

- a) transformações radicais nos sistemas produtivos, com a intensa especialização e flexibilidade dos processos operacionais;
- b) avanço na biotecnologia com implicação direta na produtividade agrícola;
- c) presença da tecnologia de comunicação, via redes de transmis-

- são de dados, como a internet, nos mais diversos segmentos da sociedade, influenciando o modo como são constituídas as relações interpessoais;
- d) crescente internacionalização da economia e fortalecimento do sistema financeiro mundial;
  - e) aparecimento de novos atores no cenário internacional, como as organizações não-governamentais (ONGs);
  - f) desmantelamento do Estado de Bem-Estar-Social e o triunfo da ideologia neoliberal;
  - g) maior conscientização da idéia de término dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, proliferação de um discurso fatalista sobre a socialização dos riscos ambientais;
  - h) fortalecimento de uma rede de cidades globais que comandam os fluxos financeiros e a economia mundial;
  - i) aumento da concentração de renda, do desemprego e da violência urbana;
  - j) intensa força cosmopolita e conversão de padrões culturais.

Portanto, a maneira como se compreendem esses processos exige, para além de uma opção acadêmica, uma postura política, na medida em que o discurso pode ou não revelar questões fundamentais de nosso tempo. A ideologia da globalização está funcionando como uma conveniente cortina de fumaça, já que os governos se têm servido dela para isentar-se da responsabilidade por tudo de negativo que ocorre nas economias e nas sociedades contemporâneas, transferindo suas responsabilidades para o âmbito de forças supranacionais intangíveis e fora de seu controle (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 11).

Tal processo funcionaria, nesse sentido, como álibi para justificar o terrível panorama atual na organização interna das nações, colocando o mercado como uma espécie de entidade metafísica nociva, o que exime os governos de qualquer culpa e ainda desloca o foco de questões fundamentais sobre suas opções de desenvolvimento socioeconômico que atingem a todos. Para tanto, foram edificados e disseminados dois mitos acerca da globalização, que são utilizados para justificar a barbárie dos governantes mundiais, em prol de si mesmos.

I - A mundialização seria uma obra conjunta e exclusiva de transformações tecnológicas e forças de mercado, consolidando uma nova realidade econômica movida somente pela força material da expansão capitalista.

II - A globalização promoveria uma redução inevitável da soberania dos Estados nacionais, trazendo problemas e sendo fonte de ingovernabilidade (FIORI, 2000, p. 506).

Esse conteúdo mitológico e até mesmo intocável sobre a globalização só aumenta a responsabilidade da coletividade no sentido de compreendê-la. A crítica ao predomínio da dimensão econômica da globalização, com base nos conceitos de globalismo que se dissolve no censo comum das sociedades, está designando uma concepção equivocada e unilateral de que o mercado mundial bane ou substitui, por ele mesmo, a ação política dos Estados. Configura-se, portanto, a ideologia do império do mercado mundial. Todavia, esse julgamento, censurável, aos procedimentos da mundialização é monocausal e restrito, uma vez que examina apenas o aspecto econômico, o que reduz o pluralismo inerente às práticas da globalização a uma única dimensão: a financeira. Esta, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões numa esfera de relatividade, colocando a ecologia, a cultura, a política e a sociedade civil sob o domínio subordinador do mercado mundial (BECK, 1999, p. 27).

Entretanto, o importante, quando se trata de um conceito como o de globalização, é saber que ele é socialmente construído, tem raízes históricas e determinantes ideológicos. Logo, considerar um conceito como o da globalização apenas em sua dimensão econômica, antes de um caminho metodológico, revela uma opção política que, pelo determinismo preconceituoso, pode mascarar outras dimensões, tais como a cultural e a política, até mesmo desviando da discussão os interesses presentes nesses preceitos. Na realidade, não haveria muitas razões para acreditar que nessa discussão é possível separar a dimensão econômica da cultural ou mesmo da política, a não ser que seja por um exercício de abstração sobre as cinco dimensões da globalização: econômica, política, social, ambiental e cultural (VIEIRA, 2001; JAMESON, 2000).

Além das questões econômicas e daquelas ligadas ao discurso senil da homogeneização do planeta, uma outra discussão se torna central em qualquer reflexão sobre a globalização. Trata-se do discurso que decreta o fim Estado-nação, seja como indutor ou mesmo regulador de uma economia nacional, mediador nas relações entre capital e trabalho ou como responsável pelo bem-estar social, sem mencionar seu papel na formação da identidade nacional. O argumento é que, na cartografia do mundo moderno, o Estado-nação representava espaço fechado, ao contrário de hoje quando a noção de fronteira perde a consistência como

definidora dos limites de atuação e interesse dos Estados (IANNI, 1999, p. 35). Essa visão não unânime trata-se de uma perspectiva global que envolve no discurso não só o fim do Estado territorial, mas também da nação e das representações de um povo sobre seu território. A consciência coletiva se transforma, elevando as idéias e culturas para dimensões globais, deteriorando suas especificidades locais (HOBSBAWM, 2002; ORTIZ, 1994).

De um lado, a emergência de uma cultura global e, de outro, uma economia também global estarão sepultando um dos últimos sustentáculos da modernidade, se considerarmos a modernidade como um projeto acabado. É uma perspectiva não compartilhada por algumas correntes filosóficas que chegam a considerar o fim dos territórios e o surgimento de uma cartografia pós-nacional, argumentando que o princípio westfaliano da territorialidade do Estado nacional que pressupunha o exercício de poder sobre seu território e sua população, fato que determinava a noção de soberania, foi modificado substancialmente na atualidade. Conforme a nova constituição do Estado-nação, pressupõe-se que os povos, o território e a soberania legítima se encontram ameaçadas pelas formas inovadoras de circulação de idéias, o que é uma característica essencial do mundo contemporâneo (BADIE, 1999; APPADURAI, 1997; BERMAN, 1986).

Essas correntes de pensadores localizam a crise do Estado-nação justamente no “hífen”, o que nos leva a compreender que a coerência territorial não se ajusta mais com a lógica cultural e étnica característica das nações. O Estado-nação estaria em crise por pelo menos dois motivos: a perda relativa de soberania, já que ela seria indispensável para sua existência; a perda da coerência cultural, que unia a população ao solo. Novamente a mobilidade é chamada para reforçar o argumento sobre a perda de soberania. A partir do conceito de “translocalidade” é que o Estado perdeu o controle sobre o território, o que acarreta, sem dúvida, numa perda de soberania. Por “translocalidade” compreende-se um vasto conjunto de práticas que vai desde o deslocamento de imigrantes, passando pelas zonas de fronteira, até mesmo certas cidades integradas à economia mundial. A idéia é a de que, em todas essas manifestações, encontram-se pessoas e objetos deslocados de seus contextos nacionais (APPADURAI, 1997).

Entretanto, numa visão mais economicista, também se comunga da idéia de que o aumento de mobilidade seja proporcional à diminuição do poder do Estado-nação. O princípio da territorialidade e o universo das redes de relações se opõem a um mundo totalmente diferente de articulação entre os indivíduos e os grupos. O primeiro está fundamentado na

contigüidade e na exaustividade; o segundo, nas relações libertas de constrangimentos espaciais (BADIE, 1995, p. 159).

Esse fato não causa estranheza, já que para Badie (1995, p. 213): “A riqueza já não vem do solo nem do subsolo, mas da mobilidade.” Nesse argumento, as idéias presentes no sentido de Estados territoriais, como recurso, solo, fronteira, população, infra-estrutura, perdem importância, além do que, na análise do território, a importância da dimensão local é minimizada. Deve-se lembrar que mesmo o princípio da territorialidade westfaliana revelou diferentes graus de soberania, como ainda hoje ocorre. Isso explica que a idéia de soberania territorial, especialmente na atualidade, é relativa, como sempre foi, porque o grau de desenvolvimento dos Estados é diferente, e, não raro, o desenvolvimento de uns depende da alocação de recursos e do jogo de força político-militar de nações realmente soberanas e autônomas. Nisso não há tantas divergências entre os impérios coloniais. No mundo de hoje, a soberania de uns acarreta a perda da soberania alheia.

Todavia, o argumento mais forte sobre o fim do Estado-nação repousa, mesmo, na dimensão econômica (OHMAE, 1996). Os Estados não passam de uma “ilusão cartográfica”, testemunha de um mundo que não existe mais. O desmantelamento das fronteiras nacionais mais uma vez é evocado. E a fluidez da indústria, dos investimentos, dos indivíduos e da informação encerrou de vez o Estado-nação, fato compreensível, já que ele teria sido fruto irrelevante do acaso histórico.

Liberada da política, a nova economia globalizada permite às empresas e aos mercados alocar os fatores de produção para benefício máximo e sem as distorções da intervenção estatal. O livre comércio, as companhias transnacionais e os mercados de capitais mundiais liberaram os negócios das restrições da política, o qual pode beneficiar os consumidores mundiais com os mais baratos e eficientes produtos. A globalização realiza os ideais de liberais do livre comércio, isto é, um mundo desmilitarizado, em que a atividade comercial é fundamental, e o poder político não tem outra tarefa senão a de proteger o sistema de livre comércio mundial (OHMAE, 1996).

Não se pode negar que, nos mais de três séculos de existência, o Estado-nação mudou bastante e que a visão homogênea construída, tanto no mundo capitalista quanto nas experiências socialistas, devem ser revistas, especialmente pelo caráter conservador e repressor das minorias. A mudança foi tanto cultural quanto política e econômica, o que culminou no fim do keynesianismo e do Estado do Bem-Estar Social e na emergência do neoliberalismo. Este, antes de ser uma opção de desenvolvi-

mento, aparece como ideologia, fundando uma crítica sobre a incapacidade econômica e de intervenção estatal.

Contudo, ainda sobre a soberania das nações, existem idéias contrárias ao que se repete impunemente acerca de seu destino fatídico. O Estado continua forte, e a prova disso é que nem as empresas transnacionais nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para fixarem sozinhas, dentro dos territórios, sua vontade política e econômica (SANTOS, 2000, p. 77).

Seria, porém, difícil pensar, seja pelo viés econômico, seja pelo viés jurídico-administrativo, em outra forma de organização social, exceto quando se pensa em teorias embrionárias e muito distantes de nosso horizonte contemporâneo. Alguns autores chegam a falar em Estados-regiões, ou seja, zonas econômicas, dispostas no interior dos Estados, as quais deveriam tornar-se independentes (OHMAE, 1996). Beck (1999, p. 193), certo das transformações no Estado nacional e expressando uma clara preocupação política, coloca a questão da seguinte forma:

O Estado nacional envelheceu somente, mas ele ainda resistirá, e não apenas para garantir a geopolítica e a política interna das nações, mas também os direitos políticos essenciais, que, todavia, dão forma ao processo da globalização.

Sem negar o papel do Estado, parece existir um Estado transnacional, não territorial, em que o modelo do Estado transnacional é híbrido. Nele, traços fundamentais que o senso comum talvez imaginasse excludentes são re combinados e dissolvidos de forma ideal. Entretanto, Estados transnacionais são, em primeiro lugar, Estados não nacionais, isto é, Estados não territoriais (BECK, 1999, p. 193).

De forma semelhante, Castells (1999, p. 461) exemplifica da seguinte maneira:

Em torno do processo de formação da União Européia, estão sendo criados novos tipos de governo e novas instituições governamentais nos âmbitos local e regional, motivando uma nova forma de Estado [...] Estado em rede.

Ao que tudo indica esses Estados em rede, ou formas visualizadas de organização social, não surgem no mesmo instante para substituir o Estado, mas dentro do Estado. Isso constitui resposta teórica ainda em estruturação, sendo muito menos do que evidências empíricas, porque a necessidade de um Estado com outra formatação parece mais uma vontade teórica acadêmica do que política propriamente dita. Essa constru-

ção depende do próprio Estado e das escalas de governo. Em outras palavras, os intelectuais pensam mais nesse Estado que os políticos e aqueles que comandam o destino das nações (ARRAIS, 2004).

Todas essas visões sobre os Estados dão mostras sobre a preocupação na criação de novas formas de cooperação entre atores políticos que saiam do monopólio do Estado. Para o bem ou para o mal, os Estados ainda detêm a legitimidade do poder e os meios de violência (WEBER, 1992). Ainda que, em muitos casos, controlem suas fronteiras com força policial, abriguem o capital privado quando esse se vê em perigo, fazem guerra, desafiando organismos internacionais e passando por cima da soberania de outros Estados. Por outro lado, esses mesmos Estados, que são condutores das práticas do imperialismo financeiro, insistem numa agenda de reformas para países em desenvolvimento, para que estes reduzam drasticamente os investimentos sociais em benefício da glória e do lucro dos investimentos externos.

Fica a certeza de que o discurso sobre o fim do Estado-nação tem relação estreita com uma série de discursos que oscilam entre o neoliberalismo unilateral e uma perspectiva social-democrata, além, é claro, da visão da cultura como algo homogêneo, estanque, perfeitamente acomodada nas fronteiras do Estado nacional.

Existe, tanto no meio acadêmico quanto nos ambientes políticos, um discurso competente sobre o fim do Estado-nação, indagando sobre o lugar e a origem da globalização, seus pontos positivos, suas mazelas e considerações teóricas (CHAUÍ, 1982, p. 7). Ao invés disso, na prática, o que se observa é a corrida da humanidade para se adaptar às novas diretrizes e competir em busca do lucro e das realizações pessoais e organizacionais.

### **3 OBSTÁCULOS AO PROGRESSO NACIONAL BRASILEIRO**

A industrialização brasileira teve seu apogeu ao fim da década de 70 e início dos anos 80. Substituindo importações e atendendo a uma crescente demanda interna, sob o amparo de políticas industriais fortemente protecionistas, a indústria chegou a gerar mais de um terço do produto interno bruto (PIB) em 1980 com as atividades extrativas minerais e de transformação industrial (SUZIGAM, 2006).

Entretanto, a partir de 1981, o setor industrial brasileiro iniciou um longo período de estagnação que duraria até 1993. A crise mundial deflagrada pela elevação dos preços do petróleo e dos juros no mercado

internacional, bem como erros na condução da política econômica interna em 1980, acarretou fortes desequilíbrios no balanço de pagamentos e aceleração da inflação. A necessidade de promover o ajuste das contas externas e de controlar a inflação passou a integrar o primeiro plano na agenda da política econômica nacional, afastando o planejamento em longo prazo e, particularmente no tangente ao desenvolvimento industrial, pelo resto da década de 80. Algumas tentativas de definir uma política industrial entre 1985 e 1988 fracassaram e a Nova Política Industrial de 1988 foi apenas parcialmente aplicada e, somente algumas políticas setoriais, como a Política Nacional de Informática e os programas de investimento em indústrias exportadoras, foram implementados (AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S., 1997).

Todavia, em 1990, após dez anos de estagnação, a indústria de transformação já havia perdido quase cinco pontos percentuais de participação no PIB. Com sérios problemas de defasagem tecnológica, métodos gerenciais e formas organizacionais ultrapassadas e ineficiências quase generalizadas em termos de custos, produtividade e qualidade, a indústria teve de defrontar-se com a abertura da economia. Essa abertura mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria a fortes pressões competitivas. Ocorreu, então, um amplo processo de reestruturação do setor, envolvendo fusões e incorporações, abandono de segmentos produtivos, aumento do coeficiente de insumos importados, racionalização do processo produtivo, com a prática da terceirização e da automação, com a subsequente redução do emprego e a implementação e fomento de programas para o aperfeiçoamento da qualidade e produtividade interna (AVERBUG, A., 2000).

Contemporaneamente, a estrutura da indústria nacional está fortemente concentrada nos segmentos clássicos da manufatura pesada: aço, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações, veículos, química e petroquímica, alimentos e bebidas, têxteis, confecções, calçados e celulose e papel, que, em conjunto, respondem por mais de 80% do produto industrial brasileiro (GUEDES, A. L.; FARIA, A., 2002). Mas muito ainda há por se desenvolver nas indústrias representativas das novas tecnologias no Brasil, tais como eletrônica, materiais avançados e biotecnologia, além de suas aplicações nos outros segmentos industriais.

A indústria brasileira contemporânea apresenta alguns aspectos virtuosos, como grande potencial de expansão no mercado interno, crescente coeficiente de exportação, forte avanço nos níveis de produtividade, significativa melhoria da qualidade e maior capacidade de competi-

ção, ou seja, menos dependência de proteção e fomento. Entretanto, seu crescimento segue sujeito a restrições de ordens externa e fiscal (PINHEIRO, A. C.; BORGES, C. P.; ZAGURY, S.; MESQUITA, M., 1994).

O controle da inflação amparado numa âncora cambial, com o Plano Real, gerou uma sobrevalorização da taxa de câmbio que, num ambiente de abertura comercial, redundou em intenso e crescente desequilíbrio das contas externas. A balança comercial tornou-se largamente deficitária a partir de 1995, e o Brasil acumulou um volume expressivo de passivos externos. Para financiar esse desequilíbrio, o País passou a depender da entrada maciça de capitais estrangeiros, o que só foi possível por meio de uma política de juros internos elevados. Em contrapartida, a manutenção dos juros altos por vários anos tem causado o aprofundamento do desequilíbrio fiscal do setor público e o baixo ritmo de crescimento econômico. No período de 1995 a 1998, a produção industrial brasileira cresceu apenas 1,2% ao ano (SUZIGAM, 2006).

A desvalorização cambial promovida no início de 1999 ajudou a atenuar essa restrição externa ao crescimento da economia, mas ainda não é suficiente para eliminar a necessidade na captação de grandes volumes de capital estrangeiro para financiar o elevado estoque de passivos externos herdados do processo de estabilização via âncora cambial. Assim, o Brasil ainda não pode prescindir de juros elevados, o que segue prejudicando o desempenho dos setores industrial e comercial. Ademais, os constrangimentos diplomáticos de impor barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros vêm exigindo a contenção da demanda interna como forma de reduzir o ritmo de crescimento das importações e de controlar o déficit da balança comercial. Do lado fiscal, as metas de desempenho estabelecidas – final de 1998 –, no acordo de financiamento externo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), determinaram cortes significativos de gastos do governo que emperram a execução de políticas de desenvolvimento econômico (MONTEIRO, G. T. M., 2001).

Além dessas restrições macroeconômicas ao crescimento, a indústria ainda enfrenta vários problemas que geram externalidades negativas, entre os quais: infra-estrutura física deficiente e com custos elevados, vértice tecnológico e científico debilitado e com quase nenhuma interação com o setor produtivo, pouco esforço próprio de pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas privadas, força de trabalho pouco qualificada e com precárias condições institucionais de suporte, grupos econômicos de pequeno porte e sem sinergias produtivas, sobretudo nas novas tecnologias (TERRA, C.; GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, N., 2005).

Esses são problemas sobre os quais ainda resta muito por fazer, embora já se venha avançando por meio da privatização, desregulação estatal, concessões, parcerias entre setor público e privado, fusões, alianças tecnológicas e cooperação entre empresas e destas com universidades, institutos e centros de pesquisa. Tais ações, entretanto, com a administração das políticas de comércio exterior, financiamento, incentivos e outras, carecem da coordenação de uma política industrial e comercial de caráter neoliberal. Contudo, várias medidas equivocadas de política industrial e comercial vêm sendo tomadas tanto pelo governo federal quanto por governos estaduais e até municipais, e essas medidas visam proteger algumas indústrias por novos aumentos de alíquotas aduaneiras ou quotas de importação, redução de encargos fiscais sobre exportação, incentivos fiscais e outros estímulos a investimentos setoriais e regulamentação de defesa contra práticas desleais de comércio (PINHEIRO, A. C., 2004).

Tudo isso, porém, evidentemente, segue na contra mão das práticas da livre concorrência de mercado e configuram intervenções do Estado, sendo contra as regras internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da diplomacia comercial, visto que são ações em prol dos subsídios.

Como nosso país pode exigir de seus concorrentes internacionais o fim das barreiras a produtos brasileiros? É um paradoxo que deve ser resolvido prontamente, para que haja um plano definitivo para o desenvolvimento da ordem e do progresso pleno do Brasil.

#### **4 ABERTURA DA ECONOMIA DOMÉSTICA BRASILEIRA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Os anos 90 constituíram importante ponto de inflexão na trajetória evolucionária das empresas no Brasil. A intensificação da concorrência entre empresas, países e blocos comerciais redesenhou as estratégias de crescimento, a organização interna das empresas, as relações entre firmas individuais e entre seus proprietários e administradores. Essas transformações estão ainda em curso, resultando em mercados voláteis, em constantes mudanças, novas tecnologias, redefinições patrimoniais e das relações entre o mercado e o Estado (BAUMANN, 1999).

Todavia, há uma maior focalização dos negócios e o não-investimento em alguns segmentos de mercado em favor à inversão de outros, assim como as privatizações e os negócios de compra e venda de corporações, igualmente ao dinamismo do mercado de controle corpo-

rativo, impulsionaram a reestruturação das indústrias e dos serviços (FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L., 1996).

Firmas puderam ser vendidas, compradas, desmembradas e reaglutinadas de maneira sem precedentes na história da industrialização brasileira. Para essa finalidade, a pequena dimensão do mercado brasileiro de capitais tem sido compensada por negociações em bolsas estrangeiras, pela gestão de consórcios adquirentes por bancos de investimento e pela participação dos fundos de pensão brasileiros, como agente financiador ou membro de sociedades de propósito específico, mecanismos financeiros que estão redesenhando a face da propriedade industrial no Brasil. O mesmo não se constata em relação ao financiamento de novas inversões. A ausência de um sistema de crédito diversificado e a atrofia do mercado de capitais brasileiro constituem restrições ao investimento, ao crescimento sustentado e à reestruturação do sistema produtivo (MIRANDA, 1996).

As empresas que se reestruturaram, com ou sem recorrência a fusões e aquisições, buscaram, por meio de gestão financeira, obter ganhos não operacionais pela negociação de suas ações em bolsas estrangeiras, realização de arbitragens financeiras e operações cambiais puramente transnacionais. Daí, porque, na atualidade, o custo de oportunidade do capital se tornou uma das principais variáveis estratégicas para a decisão de investimento (BONELLI, 1998).

O propósito da reestruturação das firmas, principalmente nos setores intensivos em capital, seria renovar e expandir suas capacidades tecnológica, organizacional e produtiva. Assim, os ganhos de produtividade e a competitividade de firmas e indústrias dependeriam, cada vez mais, de reinvestimentos constantes para desenvolvimento da maior destreza na fabricação de seus produtos, capacitações técnica, organizacional e operacional em suas especialidades. A questão crucial é que, no Brasil, o processo de estabilização de preços e as reformas estruturais geraram efeitos desestabilizantes nos mercados de bens e, assim, nas decisões das firmas sobre investir, produzir, importar e exportar (MIRANDA, 2001).

Em contexto de progressiva liberalização do balanço de pagamentos, o binômio juros elevados e valorização cambial, que ancorou o processo de estabilização de preços, tiveram impactos diferenciados sobre os preços relativos dos setores de comerciáveis e não comerciáveis, porque, no mundo real, tais preços não são suficientemente flexíveis para compensar os efeitos de longo prazo da valorização do real sobre os níveis de investimento e produção, sobretudo no setor de comerciáveis (FONSECA, R., CARVALHO, M., POURCHET, H., 1998).

A valorização cambial também induziu a substituição de produção local por importações; limitou, em alguns setores, a possibilidade de explorar economias de escala e escopo, diminuindo, por isso, a capacidade de algumas firmas e indústrias trilharem estratégias ofensivas de reestruturação, com impactos não negligenciáveis sobre a especialização da economia brasileira no comércio internacional. Consolidaram-se, assim, no fim dos anos 90, o pequeno dinamismo e a baixa intensidade tecnológica da pauta de exportações brasileiras, vigente desde o início da década precedente: só 40,9% de nossas exportações cresceram a um ritmo igual ou superior ao das exportações mundiais, e só 20,9% são produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica (MIRANDA, 2001).

Dois outros fatores contribuíram para que a reestruturação das firmas no Brasil não viesse necessariamente acompanhada por investimentos incrementais de capacidade produtiva ou de maior destreza em suas capacitações tecnológicas e melhor inserção no comércio internacional (LAPLANE; SARTI, 1998):

- a) as empresas estatais privatizadas eram, em sua maioria, produtoras de bens não comerciáveis, e algumas das aquisições realizadas visaram mais a ganhos financeiros de curto prazo que expansão de capacidade e lucros de longo prazo;
- b) as aquisições de empresas privadas, seja por investimento direto do exterior, seja por inversão de residentes no segmento de bens comerciáveis, não induziram, até 1998, investimentos que implicassem, em médio prazo, incremento significativo e *upgrade* das exportações. As razões foram os custos de uso do capital e a valorização cambial, nessa ordem.

Embora o comportamento dos juros tenha sido desfavorável à adoção de estratégias reestruturantes pela maioria das organizações, no Brasil, seus impactos foram setorialmente diferenciados, o que dependia da relação capital-produto prevalecente, das elasticidades das exportações e importações, da maior ou menor relevância do custo de oportunidade do capital por projeto de inversão e das vantagens competitivas já adquiridas pelas empresas de cada um dos diversos setores. Nos casos em que esses fatores se combinaram para gerar perspectivas de longo prazo, motivando proprietários, administradores e financistas a organizar estratégias de aperfeiçoamento das capacitações empresariais e tecnológicas, as firmas tornaram-se mais rentáveis, a indústria mais competitiva e o potencial exportador maior. Entretanto, quando tais fatores

induziram estratégias defensivas, encorajaram a busca por rendas de curto prazo a expensas do lucro, pela capacitação tecnológica, enfim, por estratégias ofensivas de longo prazo e minaram as capacitações necessárias, para que as firmas pudessem competir rentavelmente nos mercados nacional e internacional (MIRANDA, 2001).

## 5 REFLEXÕES FINAIS

A década de 90 foi palco de mudanças significativas nas políticas de comércio exterior nacional. Ainda que tardiamente, o período caracterizou-se por um processo de abertura abrangente, que se iniciou no governo Collor e se estendeu até a administração de Fernando Henrique Cardoso. Teoricamente, a integração comercial brasileira ocorreu no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do novo regionalismo, que se caracteriza, principalmente, pelas relações entre países por intermédio de acordos bilaterais e multilaterais, que se organizam em: zonas de livre comércio, em que não existem barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de bens e serviços entre os países membros; uniões aduaneiras, em que existe a adesão de uma tarifa aduaneira comum; mercados comuns, quando existe a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, as políticas econômica e social são harmônicas e as regras de concorrência são administradas por órgãos supranacionais (FURLAN, F. M., 2004, p. 124; AVERBUG, A., 2000, p. 44; REZENDE, G. C.; NONNENBERG, M. J. B.; MARQUES, M. C., 1997, p. 1).

O processo de reformas estruturais que marcaria a evolução econômica do País ao longo da década começou, na prática, entre 1988 e 1993, quando as taxas de inflação mensal ainda atingiam patamares superiores a 20%, o processo de privatização estava apenas sendo projetado, e o vasto arsenal de regulação comandado pelo Estado permanecia, todavia, inalterado. De fato, somente após essa etapa, a estrutura tarifária brasileira sofreu uma mudança radical, em que o sobre custo a produtos importados declinou cerca de 40 pontos percentuais, passando de níveis superiores a 50% para 13,2%, o valor máximo dos impostos passou de 105% para 40%, e os custos com as tarifas modais recuaram de 40% para 20%, em média (MARKWALD, R. A., 2001, p. 1; MIRANDA, J. C., 2001, p. 8; AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S., 1997, p. 7).

Entretanto, o ritmo do processo de abertura comercial adotado pelo Brasil foi sendo ditado pela instabilidade do cenário econômico e político

mundial, de cada momento. Por isso, o País assumiu posturas ora protecionistas ora mais liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas (AVERBUG, A., 2000, p. 46). O País foi posto ao limiar da escolha sobre qual regime de globalização deveria adotar: a linha neoliberal ou o *front* de concepção crítica.

A visão neoliberal deriva do aperfeiçoamento científico e tecnológico, pelo qual a produção, a distribuição, os fluxos de investimento, a oferta e a demanda, que se processam a distância, por assim dizer, instantaneamente, ganham uma dimensão global que os torna mais transparentes, afastando a opacidade dos mercados territoriais e fragmentados. A globalização seria o primor da livre iniciativa de mercado e a realização de todas as potencialidades do capitalismo (ALBUQUERQUE, J. A. G., 2005, p. 89; ROSECRANCE, R. N., 2000).

Mas, ainda segundo Albuquerque (2005, p. 92), a concepção crítica sobre a globalização é definida pelos seus resultados imediatamente negativos, tais como a necessidade de reconversão dos pólos tecnológicos, que são deslocados pela nova competição transnacional e pelo conseqüente desemprego da população local; a mudança rápida dos fluxos de investimentos materiais e financeiros; a desregulamentação de políticas governamentais, com a subseqüente diminuição da margem de manobra de setores monopolistas e dos segmentos da força de trabalho, com vantagens corporativas consolidadas; o retrocesso do Estado no setor produtivo e na maioria dos setores de infra-estrutura, causando prejuízos para uma coalizão de interesses que sobrevivem na dependência do gasto público.

Em suma, de acordo com os preceitos neoliberais, no comércio globalizado, as decisões se tornam mais racionais, a competição mais aberta, a inovação mais bem recompensada, os consumidores mais felizes e os investidores mais ricos, pois a qualidade compensa e a lealdade prevalece, estabelecendo-se uma rede de interdependência entre os atores (MIYAMOTO, S., 2003, p. 104; ROSECRANCE, R. N., 1986). No entanto, os efeitos positivos da globalização, tais como diminuição dos custos de produção, melhoria da qualidade no plano político doméstico, aumento da competitividade no plano externo e maior estabilidade econômica, quando existem, são mensuráveis apenas em longo prazo e não têm apelo significativo para setores da sociedade que estão sendo atingidos ou que temem ser consumidos pelos malefícios concretos do desemprego ou da perda de privilégios.

Sendo difuso, o impacto no conjunto da economia causa efeitos supostamente positivos que não são percebidos como vantagens individuais, ainda que fossem visíveis. De modo geral, podem ser significativos na média, mas isso não impede que impliquem muitos ganhos para poucos, poucos ganhos para muitos e ganho algum, ou até perda, para outros tantos. Ao mesmo tempo que as práticas da globalização são integradoras e articuladas tornam-se extremamente fragmentadas e excludentes (ALBUQUERQUE, J. A. G., 2005, p. 93; LAFER, C. 2002, p. 47; MENDES, C., 2001, p. 13; HAESBAERT, R., 1998).

Por isso, o complexo jogo político que precede o trabalho de harmonização legislativa e de convergência nas políticas públicas do Brasil é necessário para ultrapassar as barreiras intangíveis do isolacionismo e do protecionismo, o que proporciona condições ao avanço nos processos de integração regional, federal e mundial. É o cenário inerente à formação de espaços comuns, que permitam a livre circulação de produtos, serviços e pessoas (MONTEIRO, G. T. M., 2001, p. 61). Esse fato não deve ser encarado como um processo cujo sentido único se esgota em questões econômicas, em que a intensificação nas relações entre organizações e pessoas corrompe as condições plenas ao exercício da cidadania, no seu amplo sentido da garantia de livre acesso aos direitos fundamentais à sociedade brasileira (DREIFUSS, R. A., 1997, p. 361). Segundo Hobbes (1996, p. 33), os acordos vigentes entre os homens surgem apenas por meio de um pacto, isto é, artificialmente. Portanto, não é de admirar que seja necessária alguma coisa a mais, além de um pacto, para tornar constante e duradouro seu acordo, ou seja, um poder comum que os mantenha em respeito e que conduza suas ações no sentido do benefício comum.

Todavia, as práticas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro foram conjugadas paralelamente com medidas de amparo e estímulo aos produtores locais, nas áreas agrícola, industrial e de mineração, configurando ações de resguardo contra a competição internacional (DINIZ, E., 2000, p. 14). Isso resultou numa desaceleração brusca do processo de industrialização e abertura comercial, pois a forma ambígua como se apresentou a economia nacional ao mercado globalizado e as políticas para atração do investimento direto estrangeiro reforçaram as assimetrias existentes entre as regiões brasileiras, privilegiando as que dispuseram de mais vantagens comparativas (COMPANS, R., 1999; SCOTT, A., 1996, p. 391; CASTELLS, M., 1996; SASSEN, S., 1994).

Esse quadro, combinado com a ausência de políticas regionais de âmbito nacional, parece reforçar a tendência desarmônica instalada no

cerne da nação, afastando as organizações de operações multinacionais e os investidores financeiros internacionais, além de prejudicar as ações para maior exposição e inserção brasileira à globalização comercial corrente (GUEDES, A. L.; FARIA, A., 2002, p. 55).

Durante muito tempo, o Brasil viu, no distanciamento do mundo, a forma de defender sua autonomia. No entanto, cada vez mais, para sermos fortes e independentes, precisamos interagir com o mundo exterior. Em uma situação em que a globalização reduz distâncias e acentua as interdependências (ROSECRANCE, R. N., 1986), o mundo que o Brasil tratava com distanciamento internalizou-se. Essa redução da capacidade de regulação das atividades econômicas em base territorial, por sua vez, conduz à proliferação de regras multilaterais e é somente pela participação ativa na elaboração dessas regras que nossos interesses podem ser adequadamente defendidos (LAFER, C., 2002, p. 170).

Nota-se que, os esforços nacionais foram inexpressivos perante a velocidade e a voracidade dos novos conceitos comerciais e políticos contemporâneos. O País se contentou com o movimento dos anos 90 e exerceu muito pouco suas potencialidades características. Permanecendo estagnado economicamente, cresce menos que a média mundial e, assustadoramente, menos que os países mais pujantes contemporaneamente, como China e Índia. Diante de um cenário que transcorre por uma fase sem igual de prosperidade financeira, o Brasil está sendo alienado dessa combinação de necessidade e oportunidade, por ser considerado fechado, sob a ótica neoliberal de investimentos externos e de capitais livres (BRESSER-PEREIRA, L. C., 2003, p. 6; GOULART FILHO, A., 2002, p. 88; PINHEIRO, A. C. et al., 1994). Por isso, uma reabertura comercial brasileira teria ainda uma vantagem adicional: diminuir a vulnerabilidade da economia nacional, diante das flutuações e volatilidade do mercado externo, visto que, ao longo dos últimos anos, a taxa de câmbio, por exemplo, foi um dos pontos que mais dificultaram a liquidez e a eficiência dos fluxos de comércio exterior no Brasil. O valor do real sofre oscilações abruptas e varia muito de acordo com os movimentos especulativos internacionais (FELTRIN, L., 2005, p. 90; FIGUEIRAS, L., 2000, p. 47).

O paradoxo nesse campo é que, por ser pouco aberto ao comércio internacional, o País fica mais vulnerável às oscilações do mercado. Contudo, políticas conceitualmente equivocadas tendem a posicionar o Brasil em formação de defesa, quando deveria ocorrer o alinhamento da economia aos movimentos externos (TERRA, C.; GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, M., 2005, p. 29; PINHEIRO, C. A., 2004; BRESSER-PEREIRA, L. C., 1991, p. 208). A questão é que, em situações extremas

ou em crises externas, os investidores tendem a fugir dos países emergentes, o que provoca uma desvalorização da moeda local, normalmente seguida por alta nas taxas de juros e por recessão. Essa desvalorização tende ser muito menor em países com alto fluxo de comércio exterior (TERRA, C.; GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, M., 2005, p. 37).

## REFERÊNCIAS

AMORIN, C. L. N.: Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, J.: **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos do CEBRAP**, n. 49, nov. 1997.

ALBUQUERQUE, J. A. G.: **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARRAIS, T. P. A. Algumas considerações acerca da globalização e o discurso sobre o fim do estado-nação. **Humanidades em Foco: Revista de Ciência Educação e Cultura**, ano 2, n. 3, jun./jul./ago. 2004.

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. **BNDES/PNUD**, 2000.

AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.

BADIE, B. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BAUMANN, R. **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BECK, U. **O que é globalização?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONELLI, R. Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros. **Texto para Discussão**, n. 569, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3. jul./set. 2003.

\_\_\_\_\_. Lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, n. 45, abr. 1991.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **La ciudad informacional**. Madrid, Alianza, 1996.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio 1999.

DINIZ, E. Dossiê: estado e política econômica na América Latina. A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privada. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 14, jun. 2000.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização – novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENDRES, A. M. **Great architects of the international finance: the bretton woods era**. London: Routledge, 2000.

FELTRIN, L. Structural changes in the brazilian insertion in the international trade of capital goods: 1991-2000. **Perspectiva Econômica**, v. 1, jul./dez. 2005.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brasil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FIORI, J. L. Acumulação global e ingovernabilidade local. In: RIBEIRO, L. C. Q. **O futuro das metrópoles**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FONSECA, R.; CARVALHO, M.; POURCHET, H. A Orientação externa da indústria de transformação brasileira após a liberalização comercial. **Texto para Discussão**, n. 135, 1998.

FURLAN, F. M. **Integração e soberania**: o Brasil e o Mercosul. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. São Paulo: Record, 1999.

GOMES, P. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOULARTI FILHO, A. Restrictions to brazilian economic growth in the 80s. **Cadernos da FACECA**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2002.

GREGORY, N. M. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GUEDES, A. L.; FARIA, A. Globalização e investimento direto estrangeiro: um estudo exploratório da indústria automotiva brasileira. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 19, nov. 2002.

HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Eduff, 1998.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBS, T. **Leviatã**, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, n. 21, maio/ago. 1994.

JAMESON, F. Notas sobre a globalização com questão filosófica. In.: PRADO, J. L. A. **Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker, 2001.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAFER, C. **Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001-2002**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

LAPLANE, M., SARTI, F. O investimento direto estrangeiro no Brasil nos anos 90: determinantes e estratégias. **PNUD/CPC Consultoria Internacional**, 1998.

LIMA-CAMPOS, A. **Ensaio em comércio internacional. São Paulo: Singular, 2005**.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006**.

MARKWALD, R. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, 2001.

MENDES, C. Globalidade e sistema: perspectivas. In: BRIGAGÃO, C. **Estratégias de negociações internacionais: uma visão brasileira**. Rio de Janeiro: CEAs/FAPERJ, 2001.

MIRANDA, J. C. Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 90. **Texto para Discussão**, n. 829, 2001.

\_\_\_\_\_. Reestructuración industrial en un contexto de inestabilidad macroeconómica: el caso de Brasil. In: Katz, j. **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial**. Buenos Aires: Alianza, 1996.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 20, jun. 2003.

MONTEIRO, G. T. M. A governabilidade regional: os mecanismos de integração. In: BRIGAGÃO, C. **Estratégias de negociações internacionais: uma visão brasileira**. Rio de Janeiro: CEAs/FAPERJ, 2001.

MURTAS, R. **Princípios de contratos em comércio exterior**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OHMAE, K. **O fim do estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

ORTIZ, R. Cultura, modernidade e identidade. In: SCARLATO, F. C. **O Novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

PINHEIRO, A. C. Condições para a retomada do crescimento: equilíbrio macroeconômico e reformas institucionais. IN: CONGRESSO DE MERCADO DE CAPITAIS, 18. **Anais...** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. BORGES, C. P.; ZAGURY, S.; MESQUITA, M. Uma avaliação setorial da política de incentivos às exportações no Brasil: 1980-1991. **Perspectivas da Economia Brasileira**, v. 1, 1994.

REZENDE, G. C.; NONNENBERG, M. J. B.; MARQUES, M. C. Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola. **Texto para Discussão**, n. 498, 1997.

ROSECRANCE, R. N. **The rise of the trading state: commerce and conquest in the modern world**. New York: Basic Books, 1986.

\_\_\_\_\_. **The rise of the virtual state: wealth and power in the coming century**. New York, Basic Books, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. Cities in a world economy. **Sociology for a New Century**, 1994.

SCOTT, A. Regional motors of the global economy. **Future**, v. 28, n. 5, 1996.

SILBER, S. D. Relações econômicas internacionais. In: MARCOVITCH, J. **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. 2.

SUZIGAM, W. **Economia brasileira: indústria**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TERRA, C.; GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, N. Trade liberalization and the evolution of skill earnings differentials in Brazil. In: LATIN AMERICAN MEETING OF THE ECONOMETRIC SOCIETY. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. Económica. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1992.

Artigo recebido em 8/11/2006.  
Aprovado para publicação em 5/12/2006.